

ESPAÇO GEOGRÁFICO: UMA PERSPECTIVA FILOSÓFICA

Manoel Pereira Lima Junior*

Resumo: *O objetivo principal deste artigo é uma análise filosófica do espaço geográfico. Tentar demonstrar como este espaço geográfico é convertido em espaço de poder. Para tanto, a reflexão terá como embasamento teórico o conceito de espaço geográfico construído pelo professor geógrafo Milton Santos (sendo visto como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações), o conceito de trabalho de Karl Marx e o conceito de poder de Michael Foucault. A partir da análise estabelecida por estes três teóricos sobre estes conceitos, tentar-se-á demonstrar como a construção do espaço geográfico depende da sua relação com o trabalho e as técnicas inerentes ao trabalho. Não obstante, o espaço resultante do trabalho e da técnica emerge reconfigurado pelas formas de poder atuantes. E o poder atua sobre os indivíduos e suas ações, de modo que o espaço acaba sendo um resultado do poder, do trabalho e da técnica. Assim, o espaço é convertido em espaço de poder, de controle, onde os poderes político, jurídico e econômico exercem papel fundamental, esquadrinhando cada lugar, fazendo de cada indivíduo, cada objeto e cada espaço um efeito de poder.*

Palavra-chave: Espaço geográfico; Trabalho; Técnica; Poder.

Esta pesquisa tem como objetivo fazer uma análise do espaço geográfico, identificando como as relações entre trabalho (e técnicas), objetos e ações e formas de relações sociais (políticas, econômicas e jurídicas) resultam em relações de poder sobre o espaço, de maneira que cada espaço, ao mesmo tempo em que age sobre o homem, impondo-lhe necessidades, também é modificado e construído pelo mesmo. Para tanto, a pesquisa fundamenta-se em pressupostos teóricos de Milton Santos (conceito de espaço geográfico), Karl Marx (conceito de trabalho) e Michel Foucault (conceito de poder).

Assim sendo, “(...) como ponto de partida, propomos que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 1997, p.18), ou seja, o espaço não é o suporte onde realizam-se as ações ou onde instalam-se os objetos: o lugar local. Mas sim, o amálgama de ações e objetos. E só nesta condição é possível falar em espaço geográfico. Tomando isoladamente uma das variáveis (objetos ou ações), o espaço geográfico fica desfigurado, pois perde um de seus elementos constitutivos. Isto significa dizer que, para o espaço geográfico existir, de fato, é necessário que o homem aja, atue sobre a natureza, configurando o seu entorno com suas ações e com os objetos derivados destas ações. Vale dizer, o espaço geográfico resulta das técnicas empregadas pelos homens ao longo da história.

Deste modo, a reflexão sobre o espaço geográfico traz consigo uma reflexão sobre a técnica, pois, uma análise desta torna-se indispensável para compreender o processo de construção do espaço geográfico. Conforme assevera o professor Milton Santos

(...) é por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas

* Formado em filosofia pela Universidade Católica do Salvador e aluno especial do Mestrado em Filosofia da UFBA. O trabalho foi realizado sob a orientação da Professora Mestra Loris Maria Pinto Azevedo do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geografia da UCSal (llourencio@hotmail.com).

são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Esta forma de ver a técnica não é, todavia completamente explorada (id. p. 25).

Ora, se, para o geógrafo Santos, a principal forma de relação do homem com a natureza é dada pela técnica e essa mesma técnica engendra a vida, produz e cria espaço, pode-se aproximar a técnica (engendradora de vida, produtora e criadora de espaço) do conceito de trabalho de Marx.

Para Marx, nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*,

(...) a natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. (MARX, 2004, p. 84).

Um pouco antes, o próprio Marx afirma que

(...) o trabalhador nada pode criar sem a *natureza*, sem o *mundo exterior sensível (sinnlich)*. Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalhador][†] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz (id. p. 81).

Portanto, existe uma clara relação entre a noção de técnica desenvolvida por Milton Santos e o conceito de trabalho de Marx. Se para aquele (o geógrafo) a técnica é a principal forma do homem se relacionar com o *meio*, para o filósofo, o trabalho é o meio primordial da relação homem-natureza. Aliás, o trabalho é a própria condição de possibilidade da técnica.

Não obstante, é possível fazer uma distinção formal entre *técnica e trabalho*. É importante notar que distinguir não é separar, mas sim diferenciar, discriminar. Neste sentido, o trabalho é o “gene” formador do espaço geográfico, pois, como disse Marx, em *O capital*,

(...) antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza imprimindo-lhes forma útil à vida. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 1998, p. 211).

Desta forma, o trabalho não é somente a capacidade de criar o espaço geográfico, mas, além disso, é a própria fonte de manutenção e criação da vida, a qual se dá por meio de sucessivas técnicas.

Por outro lado, o professor Milton Santos, ao tratar do tema “espaço geográfico” toma o trabalho como o substrato da técnica e considera o estudo da técnica fundamental na configuração do espaço geográfico. Ademais, o estudo da técnica, além do conceito de espaço, traz consigo o conceito de *tempo*, que é um elemento constitutivo do trabalho, pois, “através do

[†] As palavras que aparecem entre colchetes no texto dos *Manuscritos Econômico-filosóficos* foram acrescentadas na primeira publicação (1930), pois estavam apagadas. O critério para empregá-las foi o contexto, visto que este texto Marx não o publicou em vida, é um escrito póstumo.

processo da produção, o ‘espaço’ torna o ‘tempo’ concreto. Assim, a noção de trabalho e a de instrumento de trabalho são muito importantes na explicação geográfica, tanto ou mais do que no estudo dos modos de produção” (SANTOS, 1997, p. 46).

Com efeito, o trabalho *subjaz* em cada técnica, isto é, é a condição de possibilidade da técnica, de sorte que as diversas técnicas empregadas pelo homem já são avanços e aperfeiçoamentos no processo de produção do trabalho e, por conseguinte, do espaço geográfico. André Fel atesta esta mesma interpretação ao dizer que ‘se os objetos técnicos se instalam na superfície da terra, fazem-no para responder a necessidades materiais fundamentais do homem: alimentar-se, residir, deslocar-se, rodear-se de objetos úteis’ (FEL *apud* SANTOS, id. p. 30). Por isso, pode-se dizer, juntamente como Milton Santos, que “só o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico” (id. p.31). Isto porque “(...)‡a geografia deve, ao menos, ser vista como um estudo de caso para as filosofias da técnica, senão propriamente uma contribuição específica para produção de uma filosofia das técnicas” (id. p. 40).

A técnica não é um apêndice do espaço, ela é formadora de espaço. E, aqui, a noção de técnica deve ultrapassar o limite dos instrumentais e ampliar-se em direção às ações, pois,

(...) o espaço é formado de objetos técnicos: o espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorização para satisfazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou aquela sucessão. Tudo isso é tempo. O espaço distância é também modulado pelas técnicas que comandam a tipologia e a funcionalidade dos deslocamentos. O trabalho supõe o lugar, a distância supõe a extensão; o processo produtivo direto é adequado ao lugar, a circulação é adequada á extensão. Essas duas manifestações do espaço geográfico unem-se, através dessas duas manifestações no uso do tempo (id. p.45).

Mais uma vez, fica evidente, aqui, a aproximação entre o conceito de técnica e o de trabalho na configuração do espaço. Contudo, é possível, ainda, extrair uma nova consequência: se o espaço é formado de objetos técnicos, estes objetos supõem trabalho; o trabalho, por sua vez, é medido pelo tempo social médio necessário para a produção dos objetos; o objeto nada mais é do que tempo de trabalho materializado; o tempo implica movimento, sucessão, deslocamento, portanto, ação. Então, o espaço geográfico, além dos objetos da técnica e do trabalho, exige ações adequadas a cada espacialidade. Ou melhor, comportamentos que otimizem não só o espaço, mas também o tempo materializado neste espaço. E, por assim dizer, o espaço supõe controle. Daí a nova consequência: trabalho, técnica e controle são elementos intrínsecos ao espaço geográfico.

Mas esse é um fenômeno novo, que nasce com a queda do monarca e o fim do absolutismo, pois as relações sociais que deveriam entrar em vigência na sociedade burguesa e fabril (industrial) conflitavam com os valores e formas sociais feudais. Assim,

(...) a evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marca, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfológicamente, quanto do ponto de vista das funções e dos processos. É assim que as épocas se distinguem umas das outras (id. p. 77).

‡ A primeira parte desta citação foi suprimida sem prejuízo da idéia do autor. Preferimos este formato porque a citação ficaria demasiadamente longa.

É, justamente, essa mudança de época – que configura um novo espaço – que exige uma forma nova de controle e ordenação social: a vigilância. Como diria Foucault, “a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço. Para isso, utiliza diversas técnicas” (FOUCAULT, 2006, p. 121), dentre elas a vigilância.

Se no modelo de cidade feudal – centrada no monarca –, a forma de controle social dava-se por suplícios e castigos ao corpo, com o desenvolvimento dos burgos e o crescimento demográfico estas formas de controle não serão mais aceitáveis. Isto denota o fim de uma época e o nascimento de outro com suas próprias técnicas de controle.

Muitas coisas entretanto (*sic.*) são novas nessas técnicas. A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, *grosso modo*, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalha-los detalhadamente; de exerce sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitudes, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. [...] A modalidade enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos (id. p. 118).

Como se vê, no novo modelo espacial e urbano, a massa é individualizada e cada indivíduo, cada sujeito corresponde a um tempo, a um espaço. Cada movimento deve ter sua marca, sua singularidade calculada, anotada, registrada, de modo que o espaço geográfico converta-se em espaço efeito de poder.

Desse modo,

(...) forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta a força do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estreita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão e uma dominação acentuada (id. p. 119).

Portanto, se Marx identifica a natureza como corpo inorgânico do homem, tanto mais razão tem Foucault para desvelar o poder exercido sobre o corpo. Por conseguinte, o poder exercido sobre o corpo é estendido sobre o espaço, sobre o meio. Por isso, não só os indivíduos, mas também os espaços são constantemente modificados e acabam por definir as épocas com novas técnicas e novos objetos. Ou, como disse Milton Santos,

(...) todo e qualquer período histórico se afirma com um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos. Ao longo do tempo, um novo sistema de objetos responde ao surgimento de cada novo sistema de técnicas. Em cada período, há, também, um novo arranjo de objetos. Em realidade, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas, igualmente, novas formas de ações (SANTOS, 1997, p. 77).

Com efeito, as ações humanas são constitutivas do espaço geográfico. Entretanto, as ações devem estar conforme os objetos e o espaço geográfico, visto que

(...) o espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condições de 'viver bem' (id. p. 45).

Todavia, para além desta imposição do espaço, pode-se constatar que estas condições oferecidas para a construção da espacialidade nada mais são do que formas de exercício do poder: localizado e preciso. Ou, de outra maneira, disciplina-se o espaço geográfico, uma espécie de refinamento do poder, onde os aparelhos disciplinares

(...) trabalham o espaço de maneira mais flexível e mais fina [que o princípio de clausura][§]. E em primeiro lugar seguindo o princípio da localização imediata ou do *quadriculamento*. Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quantos corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difuso, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos (FOUCAULT, 2006, p. 123).

Doravante, cada rua, cada bairro, cada lugar, será um efeito do poder disciplinar sobre o espaço. Os efeitos de poder sobre o espaço podem ser exercidos de duas maneiras: uma, é definindo quais são os *lugares* importantes, quais são as potências (a partir das formas jurídicas, econômicas e políticas do poder); outra é definindo quais são os *lugares* abjetos, subjugados (a partir do *direito*, mas não do exercício de fato das formas jurídicas, econômicas e políticas do poder).

Os primeiros são espaços legalmente constituídos do poder; os segundos são espaços arbitrariamente constituídos do dever. Mas esse é um fato que, apesar de escandaloso, não salta aos olhos da população imediatamente. É pelas esferas da ação e da técnica que é possível captar os espaços de poder e os espaços *opacos* de poder. Tome-se como exemplo os países europeus e os Estados Unidos, comparando-os com a América Latina. Os primeiros são espaços de poder e exercem-no pela força política, econômica e jurídica. Os segundos são espaços *de efeito de poder*, pois têm direitos, mas não têm forças políticas, econômicas e jurídicas. Este mesmo modelo – geopolítico e econômico – se expande pela América Latina^{**} (de país em país) e, de

[§] Para Foucault, o modelo disciplinar da modernidade nasceu dentro dos claustros religiosos, porém não era ainda um modelo discreto de dominação e sujeição. Com o passar do tempo, com a laicização dos corpos e do poder, as formas de dominação e disciplina foram sendo secularizadas, de forma que se estendeu por toda sociedade européia e, posteriormente, pelas colônias. A bem da verdade, as colônias eram espaços de castigo, para onde era enviada toda sorte de malfeitor, prostitutas, vadios, etc. Eram os espaços do poder por excelência. Ademais, o modelo pedagógico e disciplinar das escolas foi tomado das casas religiosas e, assim, passando pelos presídios, hospitais, até tomar o espaço cotidiano, só que agora na sua forma refinada.

^{**} É certo que o processo político latino-americano passa por uma nova configuração, onde países como México, Venezuela, Cuba e Bolívia desafiam a conjuntura atual do poder ocidental. O que não impede de – no que tange à espacialidade – esquadriharem os seus espaços e formatarem-nos de acordo com a técnica disponível no momento histórico.

maneira singular e precisa, nas regiões e cidades de cada país, de modo que “a cidade ‘está a caminho de se tornar muito rapidamente, no mundo inteiro, um *produto técnico*’” (Pierre George *apud* Santos, 1997, p.28). E técnico aí quer dizer resultado consciente e planejado das ações humanas e do trabalho sobre a natureza e sobre o espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, levanta-se uma reflexão: quais são as conseqüências do poder exercido no espaço sobre o crescimento demográfico? Sobre os moradores de rua? Sobre as invasões e favelas? Sobre os sem terra e sem teto?

Parece ser óbvio: estes são resultado do próprio poder. O que não é óbvio é entender que estes fenômenos, ora alencados, emergem *como* contra-poder, como necessidade de uma nova configuração do espaço geográfico. Neste sentido, o espaço da exclusão torna-se alvo da vigilância e do controle, do olhar do censor, mas refluem como problema para os espaços de poder.

Nos espaços de efeito de poder (favelas, invasões, etc.), impera outra disciplina, os corpos são efeitos negativos do poder, manifestam-se pelo assalto, assassinato, seqüestro e toda forma de violência, já que o resultado de uma relação de forças é a violência. “No espaço que domina, o poder disciplinar manifesta, para o essencial, seu poderio organizador dos objetos” (FOUCAULT, 2006, p. 156), contudo, nos espaços de efeito de poder – a despeito da vigilância^{††} – impõe-se um outro modelo de ordem, tanto espacial como comportamental: as moradias construídas nas encostas e terrenos baldios, as ocupações dos sem terra e sem teto, os moradores de rua etc. Tudo isso, que é efeito do poder, levanta-se contra o poder pela marginalidade, pela criminalidade^{‡‡}, mas também pela solidariedade e formas alternativas de vida, ou, de outro modo,

(...) trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum. Tal ação comum não é obrigatoriamente o resultado de pactos explícitos nem de políticas claramente estabelecidas. A própria existência, adaptando-se a situações cujo comando frequentemente escapa aos respectivos atores, acaba por exigir de cada qual um permanente estado de alerta, no sentido de apreender as mudanças e descobrir as soluções indispensáveis (SANTOS, 2001, p. 109, 110).

Sem contar que nestes espaços (de efeito de poder) não se localiza facilmente o indivíduo (frustrando, assim um dos alicerces do poder: a fácil localização), a arquitetura do poder é outra, porém, o indivíduo carrega consigo estes espaços no corpo, nas vestes, no vocabulário, etc., o que o torna facilmente identificável e, com isso, facilmente banível. Mas, justamente, pelo fato de os espaços de efeito do poder constituírem uma outra espacialidade, a do banimento, imposta

^{††} A vigilância nesses espaços, de fato, existe, mas é externa, pois nem a polícia, nem o Estado têm acesso a esses espaços abandonados pelo poder. Aliás, efeito do poder.

^{‡‡} É claro que o crime e a bandidagem de colarinho existem e são tão perversos ou piores que os delitos da classe subalterna, porém, é mais dissimulado, falseado, pois tem os poderes políticos, econômicos e jurídicos a seu favor. Esta é a diferença fundamental entre uma classe organizada e outra supostamente desorganizada.

pela lógica do poder, é que estes espaços desafiam o poder constituído. A partir de zonas periféricas cercam os centros e se lhes oferecem como o seu oposto, como num jogo de luz e sombra. E por isso, são como ameaça aos poderosos.

Segundo Foucault,

(...) temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (id. p. 161).

De fato, pode ser assim. Verdadeiramente o poder é exercido, é factual, preciso e localizado e não um espectro que paira sobre a humanidade. Entretanto, o poder não possui uma ontologia, ele se manifesta nas relações entre os homens, de modo que não basta todos terem “direito”, é preciso exercê-lo efetivamente, já que, do ponto de vista da coletividade, o que o poder produz (eficiência, qualidade, potência, quantidade, moralidade, etc.) é positivo, o que é negativo é a distribuição do poder. Daí ser útil a formulação de Marx^{§§} sobre o trabalho, já que este é uma espécie de poder que engendra o mundo humano e, sem embargo, fruto da interação dos homens entre si e com a natureza. Então, resta ainda a possibilidade de os indivíduos e o conhecimento resultantes do poder, do trabalho, da técnica e do espaço geográfico converterem-se em formas mais democráticas de vida humana e, como ensina o professor Milton Santos, passar de uma globalização perversa para outra globalização.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir: nascimento das prisões*. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. *O capital – crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MORAES, Antonio C. Robert. *Foucault e a geografia*. In: Foucault vivo. Organizado por Ítalo A. Tronca. Campinas: Pontes, 1987.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editorial Hucitec, 1997.

^{§§} As idéias de Marx não passaram despercebidas por Foucault (apesar da leitura estruturalista dele). Vejamos: “Se a decolagem econômica do Ocidente começou com os processos que permitiram acumulação do capital, pode-se dizer, talvez, que os métodos para gerir a acumulação dos homens permitiram uma decolagem política em relação a formas de poder tradicionais, rituais, dispendiosas, violentas e que, logo decaí em desuso, foram substituídas por uma tecnologia minuciosa e calculada da sujeição. Na verdade os dois processos, acumulação de homens e acumulação de capital, não podem ser separados; não teria sido possível resolver o problema da acumulação de homens sem o crescimento de um aparelho de produção capaz de mantê-los e utilizá-los.” (*Vigiar e punir*, 2006, p. 182).



_____. *Técnica, Espaço, Tempo – Globalização e Meio Técnico-Científico Informativo*. São Paulo: Editorial Hucitec, 1994.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.